



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO
DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA
LEGISLATURA.

No décimo terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência da vereadora Simone Kahwage. Como o painel eletrônico não estava funcionando, fez-se o registro nominal dos parlamentares presentes. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Joaquim Campos pediu que ficasse registrado estar falando para três vereadores. Disse que subiu à tribuna neste dia para ganhar tempo até que os demais parlamentares acordem e compareçam à plenária para cumprir o compromisso assumido com seus eleitores. Parabenizou o vereador Paulo Queiroz pelo seu retorno a esta Casa, dizendo que este sempre deu exemplo de pontualidade e assiduidade às sessões parlamentares. Referiu já ter conversado com Paulo Queiroz sobre o encargo de “carregar o piano” para que haja quórum e o trabalho legislativo seja realizado, aguardando a boa vontade e a presença dos demais membros deste Poder. Tratou depois da ameaça de paralisação das atividades da empresa Guamá Tratamento de Resíduos, a ocorrer num prazo de três meses. Informou que tem conversado com os demais parlamentares para juntos cobrar dos prefeitos de Belém, Marituba e Ananindeua alguma atitude perante esta ameaça que, se concretizada, levará o caos a estes municípios. Comentou ter sido chamado de louco por não atender líderes comunitários em seu gabinete. Explicou que não atende líderes comunitários isoladamente, mas se a liderança comunitária comparecer acompanhada de dez pessoas, certamente atenderá. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Paulo Queiroz e Emerson Sampaio. Emerson Sampaio retomou o tema do lixo tratado pelo vereador Joaquim Campos anteriormente. Disse que a questão deve ser discutida seriamente para se chegar a uma solução. Alertou que não se deve, entretanto, usá-la politicamente, fazer “pirotecnia” utilizando-a para atacar o prefeito Zenaldo Coutinho ou outro gestor. Avaliou que a solução depende da participação de todos, envolvendo o cidadão do comum, os empresários, a PMB e os vereadores desta Casa. Externou que as prefeituras de Belém, Marituba e Ananindeua precisam juntas traçar um plano para resolução do problema seriíssimo do resíduo sólido. Ressaltou ser este um problema histórico que precisa ser enfrentado pelo bem de nossa cidade e os políticos de hoje não podem eximir-se dessa responsabilidade. Pediu então apoio aos demais parlamentares para a aprovação de um requerimento que fez solicitando a realização de uma sessão especial para discutir sobre este tema. Inteirou que também está apresentando um requerimento solicitando informações sobre o funcionamento do plano do IPAMB (Plano de Assistência Básica à Saúde e Social - PABSS). Relatou o caso de um guarda municipal que presta serviço nesta Casa e trabalhara no dia anterior pela manhã. Ao sair daqui, sofreu um acidente de motocicleta. O agente foi até o IPAMB e o encaminharam ao Hospital Maradei. Ali foi informado que seu tratamento custaria 8106 reais, sendo que o plano pagaria apenas metade deste valor. Este guarda, continuou, está maluco tentando conseguir a outra metade do dinheiro. Se não conseguir, o restante será pago pelo plano e descontado mensalmente de seu salário, sendo que ele já tem um desconto mensal de 255 reais por mês relativo ao pagamento do PABSS. Reportou depois que os funcionários municipais são obrigados a pagar o PABSS e a carteira utilizada deve ser renovada anualmente. Se o usuário não renovar a carteira, perderá o direito ao atendimento. Entretanto, denunciou, o pagamento compulsório do plano continuará a ser descontado de seu contracheque. Informou que protocolará um requerimento para obter informações sobre a “caixa preta” do IPAMB e assim poder acabar com estes absurdos. Deixou claro não estar acusando o prefeito Zenaldo, mas precisa das informações, e que o problema não são os dirigentes do IPAMB, mas da relação existente entre este e os seus contribuintes. Comparou que se o guarda municipal citado tivesse ido inicialmente buscar atendimento no Hospital Metropolitano, seria depois encaminhado ao Hospital Maradei e seu tratamento seria totalmente custeado. A partir desta comparação, considerou que o PABSS deveria ser opcional, não compulsório. Em aparte, pronunciaram-se os vereadores Pablo Farah, Nilda Paula, Sargento Silvano e Igor Andrade. Sargento Silvano ressaltou a necessidade de obter mais informações sobre o atendimento feito pelo PABSS, que atende em torno de 25 mil servidores municipais em Belém. Aventou a possibilidade de convocar a presidente do IPAMB, senhora Paula Barreiros e Silva, para comparecer à CMB com este objetivo. Julgou que o

prefeito Zenaldo Coutinho enviará alguém para conversar a este respeito com os parlamentares desta Casa. Expôs também a possibilidade de criar uma comissão de vereadores para ir até o IPAMB em busca de informações. Denunciou depois o péssimo serviço prestado pela empresa Belém Rio aos moradores do Outeiro, destacando que esta empresa de transporte atua em regime de monopólio. Informou ter recebido inúmeras reclamações sobre ônibus sucateados, que dão prego, são sujos e funcionam precariamente. Chamou a atenção do Ministério Público do Pará, da SEMOB e do próprio prefeito Zenaldo Coutinho para o problema. Participou a seus pares que proporá uma audiência pública em Outeiro para debater o transporte público na ilha, ouvindo a população. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Igor Andrade e Pablo Farah. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pelo PHS, Pablo Farah parabenizou o vereador Sargento Silvano por levantar questões relativas ao transporte público de Belém. Defendeu que se volte a discutir nesta Casa a instalação de ar condicionado nos coletivos e a mobilidade urbana na cidade. Criticou o BRT Belém, acusando-o de trazer caos e morte ao trânsito da capital. Disse que as Unidades de Pronto Atendimento – UPA foram construídas, mas esqueceram de equipá-las com uma cisterna, uma bomba hidráulica e uma caixa d'água. Relatou que um amigo seu cortou-se com uma maquita no dia anterior e buscou atendimento em duas UPA, estando as duas sem água. Destacou haver um problema crônico no abastecimento de água em Belém e foram gastos milhões de reais nessas unidades de saúde, mas não previram a falta de água. Notificou que em Mosqueiro falta água todos os dias e se não tivesse uma caixa d'água em sua residência, passaria necessidade como muitas pessoas naquela localidade. Frisou ter condição econômica de comprar uma bomba, instalar um poço artesiano e uma caixa d'água, mas o povo humilde e carente não tem. Ressaltou que seus questionamentos são pertinentes e não tem por objetivo atacar ou macular qualquer gestor - busca melhorias de fato para a população. Externou que investigará se as UPA foram realmente construídas sem o devido cuidado de provê-las com caixas d'água. Declarou que isto está sobrecarregando o HPSM Mário Pinotti, cujos servidores classificou como heróis, pois atendem pessoas do Pará todo e agora também pacientes vindos das UPA, nos períodos em que estas ficam sem água. Referiu depois ter pedido ao governador do estado, a respeito do Decreto 035/2019 (expedido pelo presidente do Banpará junto ao governo do estado e estabelecendo linhas de crédito habitacional para os policiais militares), para que este se estenda aos policiais civis do Pará. Fez votos de que um dia o mesmo ocorra em relação aos membros da Guarda Municipal de Belém. Assegurou que esta demanda, na ocasião oportuna, puxará e proporá ao prefeito. Pelo PSB, Gleisson disse - a respeito do caso do guarda municipal relatado anteriormente pelo vereador Êmerson Sampaio – que, como líder do governo nesta Casa, procurará a presidente do IPAMB para entender o que ocorreu com o servidor. Evidenciou a importância do IPAMB para os servidores públicos do município, dizendo que muitos já foram atendidos e bem atendidos pelo PABSS. Confidenciou que pessoalmente, tendo que se submeter a uma cirurgia, fará o procedimento pelo PABSS, embora tenha o plano da UNIMED, por considerar o médico do PABSS muito melhor. Quanto à instalação de ar condicionado nos ônibus urbanos de Belém, afirmou que já houve muita discussão sobre o tema na CMB, sendo ele usado como palanque eleitoral pela oposição. Fez notar que os ônibus do BRT já são normalmente dotados de ar condicionado. Acrescentou que em muitas capitais brasileiras os usuários têm a opção de utilizar ônibus com ou sem ar condicionado. Pontuou que, em Belém, o prefeito Zenaldo Coutinho tem tomado as medidas cabíveis para que tenhamos o melhor transporte alternativo. Reconheceu, entretanto, ser preciso melhorar muito e disse saber das dificuldades que a população de Outeiro e Mosqueiro enfrentam no transporte público, seja ele alternativo ou da frota normal. Pelo PSD, Sargento Silvano informou sobre a apreensão - feita pela Polícia Militar, no dia anterior, aqui em Belém - de 170 quilogramas de maconha destinados ao consumo em nossa região. Parabenizou o major Lima Neto e sua equipe, responsáveis pela operação, e agradeceu pelo trabalho da Polícia Militar em nome da família paraense. Questionou depois o motivo de tanto incômodo da bancada do PSOL e de outros vereadores com o projeto de lei de sua autoria que estabelece o Dia do Orgulho Hetero. Disse que gostaria de entender, pois não compreende o motivo de tanta polêmica. Referiu que lhe disseram não ser relevante a instituição de tal dia, mas perguntou se seriam relevantes para o município de Belém o Dia do Orgulho Gay ou o Dia do Orgulho LGBT. Explicou que a criação desta data afirmaria o amor do homem pela mulher e da mulher pelo homem, amando-se o que Deus fez. Foi então tachado de homofóbico e atacado nas redes sociais pelos militantes do PSOL. Sublinhou que a inclusão desta data no calendário oficial do município de Belém homenagearia a família tradicional, mas isto é tomado como uma ofensa. Inquiriu então sobre quem seria o ofendido. Pelo PP, Êmerson Sampaio esclareceu que, em relação ao IPAMB, não tenciona criar um movimento contra ninguém. Pretende, com a sessão especial que solicitará, chamar a direção do instituto e seus usuários para discutir melhorias no atendimento prestado aos contribuintes. Ressaltou não se tratar de uso político, quer esclarecimentos porque a maioria dos servidores sequer conhece as regras de funcionamento do PABSS. Acrescentou que, quando abordou o assunto anteriormente, não estava tratando especificamente de um servidor, mas da forma como todos os usuários do PABSS são atendidos. Manifestou o desejo de saber se consta nos contratos que em determinados atendimentos o servidor deve entrar com uma contrapartida. Reiterou não ter a intenção de brigar com o prefeito ou com a direção do IPAMB, mas sim melhorar o atendimento

prestado. Assegurou que não permitirá que este tema que levantou seja usado como bandeira política, nem da situação - para indispor-lo com a gestão municipal - nem da oposição, para atacar a PMB. Expôs ser necessário, em relação a esta questão, ouvir os dois lados e encontrar soluções. Defendeu novamente que o PABSS não seja compulsório para o servidor e solicitou que haja um esclarecimento quanto aos limites cobertos pelo plano no atendimento ao usuário. Recordou depois que já foram feitas muitas discussões nesta Casa sobre a inclusão do ar condicionado nos ônibus e que este parlamento aprovou, no ano anterior, a licitação para o transporte público em nossa capital, determinando a climatização dos coletivos urbanos em Belém. Em aparte, pronunciou-se a vereadora Nilda Paula. O vereador Sargento Silvano pediu depois Questão de Ordem e informou que será agendada uma reunião - na sala VIP deste plenário, na próxima segunda-feira às dez horas - com a presidente do IPAMB, senhora Paula Barreiros e Silva, para dirimir todas as dúvidas e discutir medidas para melhorar o atendimento do instituto. Pelo PSOL, Dr. Chiquinho disse ficar feliz ao vir à CMB e debater temas importantes para a cidade. A este respeito, expressou que a questão levantada sobre o IPAMB, pelo vereador Êmerson Sampaio, é da mais alta relevância. Participou receber diariamente denúncias de situações constrangedoras pelas quais passam os servidores do município ou seus dependentes quando precisam ser atendidos pelo PABSS. Informou ser servidor municipal há muitos anos e era também servidor do estado. afirmou que anteriormente a assistência à saúde prestada aos servidores do município e a seus familiares era a melhor possível, mas atualmente está caótica. Agora, continuou, cobram à parte até por procedimentos simples. Exemplificou relatando que, ainda nesta semana, uma sobrinha sua foi ao IPAMB para fazer um procedimento cirúrgico simples, a retirada de um lipoma na região glútea. Ficou surpresa então quando lhe disseram que deveria pagar 150 reais pelo trabalho do anestesista. Considerou esta prática um insulto aos direitos dos servidores e de seus dependentes, frisando que isto acontece rotineiramente, seja a título de pagar o anestesista, seja para aquisição de algum material utilizado nos procedimentos. Outro problema, aditou, é a demora para conseguir consultas especializadas. Avaliou que o serviço prestado deteriorou muito, sendo isto responsabilidade da Prefeitura de Belém. Disse que os servidores do município estão sendo atacados em seus direitos básicos: pagam regularmente seu plano e não têm o retorno adequado. Reiterou ser este um tema muito importante e defendeu que esta Casa não faça apenas uma reunião particular, mas que se realize uma sessão especial na qual o IPAMB preste esclarecimentos ao conjunto dos vereadores sobre a deterioração dos serviços prestados pelo PABSS e o desrespeito aos direitos dos servidores municipais e seus familiares. Lembrou que a prática de cobrar "por fora" também ocorria no SUS e, eventualmente, ainda ocorre - algum espertalhão ainda cobra por procedimentos realizados, o que é ilegal e deve ser denunciado na auditoria do SUS. Opinou que o IPAMB também deve criar um serviço de auditoria ou ouvidoria para que a população usuária do plano possa fazer as denúncias e ter a resposta que cada caso merece. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. Foi feita então a verificação nominal de presença. Não havendo quórum, aguardou-se o prazo de dez minutos previsto regimentalmente para a realização de nova verificação. Findo este prazo, fez-se a nova verificação nominal de presença. Permanecendo a falta de quórum, a presidente Simone Kahwage encerrou a sessão às dez horas e quinze minutos. Estavam licenciados os vereadores Zeca Pirão e Blenda Quaresma. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, Fabrício Gama, França e Mauro Freitas. Estiveram presentes os vereadores: Rildo Pessoa, pelo Avante; Marciel Mão, pelo PEN; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo PSD; Pablo Farah, pelo PHS; Joaquim Campos, pelo MDB; Gleisson e Igor Andrade, pelo PSB; Paulo Queiroz, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pelo PSDB; Professor Elias, pelo PTN; Dinelly, pelo PSC; Neném Albuquerque, pelo PSL; Amaury da APPD, pelo PT; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Simone Kahwage, pelo PRB; Wellington Magalhães, pelo PPS; e Êmerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 13 de fevereiro de 2019.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário